



AGROECOLOGIA NO PARANÁ: LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Luiza Araujo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES
luiza.araujo@estudante.uffs.edu.br

Maude Regina de Borba

Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Betina Muelbert

Professora do Programa Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

1. Introdução

A agroecologia tem sido reconhecida como uma prática política e ética de resistência frente às múltiplas formas de negação de direitos no campo e na cidade. Suas bases teóricas e práticas articulam saberes tradicionais, científicos e populares, promovendo sistemas alimentares sustentáveis que respeitam a diversidade biológica, cultural e social (Caporal e Azevedo, 2011, p. 92).

No mesmo sentido, a agroecologia forma um movimento social que mobiliza pessoas engajadas na justiça social, na saúde ambiental, na soberania e segurança alimentar e nutricional, na economia solidária e ecológica, na equidade de gênero e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e das cidades (Altieri, 2012).

O Paraná é um estado marcado pela convivência entre modelos convencionais de agricultura e experiências agroecológicas, realizadas especialmente pelos camponeses (Nascimento, 2023). A existência de movimentos sociais organizados, cooperativas, organizações da sociedade civil e instituições públicas voltadas ao fortalecimento da agroecologia evidencia a complexidade do território e a relevância do tema.

Contudo, há escassez de sistematizações acadêmicas sobre o arcabouço legal que estrutura a agroecologia no estado. Neste sentido, o problema de pesquisa surge: quais normas estaduais vigentes regulamentam e/ou orientam a agroecologia no Paraná? Assim, o objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão da legislação estadual no Paraná relacionada à agroecologia. A justificativa reside na importância de compreender como o ordenamento jurídico estadual contribui (ou não) para a consolidação da agroecologia como modelo de produção sustentável, socialmente justo e ambientalmente responsável.

2. Metodologia



Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa, que fez uso da técnica de pesquisa bibliográfica e documental com análise normativa. A investigação centrou-se em documentos oficiais do Estado do Paraná. A coleta de dados foi realizada em fonte pública oficial, o Sistema Estadual de Legislação do Governo do Estado do Paraná, conforme Decreto 3630/2008, que têm como objetivo informatizar e atualizar os atos normativos em conformidade com o contido no art. 59 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

No Site do Sistema Estadual de legislação, os critérios de busca e tempo foram, respectivamente, pela palavra “agroecologia”, opção de texto completo, de 2010-2025, marco inicial foi a criação da Lei Estadual nº 16751/2010 (PARANÁ, 2010), que institui a merenda escolar orgânica no Paraná, no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio. Nos tipos de documentos foram selecionados: Lei, Lei Complementar, Constituição Estadual, Decreto e Emenda Constitucional, ficando de fora as resoluções e portarias. Foram selecionados documentos vigentes até o mês de maio de 2025, considerando aqueles que apresentassem conteúdo normativo relacionado à promoção, incentivo, regulação ou institucionalização de práticas agroecológicas no estado.

3. Resultados e discussão

No levantamento realizado, foram listados 59 registros no total. Como critério de exclusão, não foram considerados os decretos de nomeação e/ou exoneração de servidores, cargos em comissão ou função gratificada, além daqueles que apareceram na busca e não tem relação direta com agroecologia, como as Leis que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração e execução de Lei orçamentária e os decretos que tratam de subvenção econômica. A partir desses critérios foram selecionados nove leis estaduais e dez decretos estaduais, totalizando 19 legislações, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Legislação vigente dos anos 2010-2025 referente à agroecologia no Paraná.

Epígrafe	Súmula	Data da publicação
Decreto 1347	Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, no município de Loanda.	11/04/2023
Decreto 11300	Institui o Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Paraná e dá outras providências.	03/06/2022
Decreto 7306	Institui o Programa Compra Direta Paraná.	13/04/2021
Decreto	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do	20/08/2020



5499	Abastecimento, na forma de anexo que integra o presente Decreto.	
Decreto 4598	Representação judicial do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER.	06/05/2020
Decreto 4211	Regulamenta a Lei nº 16.751, de 29 de dezembro de 2010, que institui a alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio.	06/03/2020
Lei 20121	Autoriza a incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, nas condições que especifica, pelo Instituto Agronômico do Paraná, e adota outras providências.	31/12/2019
Lei 19834	Institui a Semana Estadual da Agroecologia.	01/04/2019
Decreto 9117	Institui o Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual – GTI-E para regulamentar, no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio, a merenda escolar orgânica, conforme dispõe a Lei nº 16.751, de 29 de dezembro de 2010,	26/03/2018
Lei 18944	Institui a Semana Estadual de Nutrição e Alimentação Saudável e Consciente.	22/12/2016
Lei 18710	Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos dos Municípios de Jandaia do Sul, Marumbi e Kaloré, com sede no Município de Kaloré e foro no Município de Jandaia do Sul.	04/03/2016
Decreto 2408	Alteração de dispositivos do Decreto nº 572, de 10 de abril de 2007, que aprovou o Regulamento do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia.	16/09/2015
Decreto 635	Transfere cargos de provimento em comissão do Instituto de Florestas do Paraná e do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia para a SEAB.	06/03/2015
Lei 17796	Institui o Dia Estadual da Agroecologia, a ser comemorado anualmente na primeira segunda-feira do mês de julho.	06/12/2013
Lei 17190	Dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.	21/06/2012
Decreto 9098	Autoriza a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia no ano letivo de 2011, ofertado pela UEM.	23/12/2010
Lei 16751	Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio, a merenda escolar orgânica.	29/12/2010
Lei 16700	Declara de utilidade pública a Associação Agroecológica e Turística de Piraquara, com sede e foro no Município de Piraquara.	20/12/2010
Lei 16483	Institui que as escolas públicas e privadas conveniadas com o Estado do Paraná devam dispor de embasamento teórico e prático em ecologia e preservação ambiental, conforme específica.	12/05/2010

Fonte: Autoras, 2025.

Observou-se que a maior parte das normas se concentra nas categorias de fomento e diretrizes gerais, o que pode revelar tentativa do Estado de estruturar institucionalmente a agroecologia, ainda que de forma não integrada. Em termos qualitativos, notou-se que as normas utilizam conceitos próximos ao da agroecologia, como agricultura orgânica, sustentável ou familiar, sem, contudo, defini-la claramente.

Por outro lado, a existência de leis estaduais que preveem apoio técnico, compras



públicas e estímulo à transição agroecológica indica uma base normativa potencial para o fortalecimento do modelo. O desafio, todavia, permanece na articulação intersetorial e na implementação prática dessas diretrizes, que depende da atuação coordenada entre órgãos públicos, sociedade civil e organizações.

4. Considerações finais

A legislação vigente oferece pontos de partida importantes, como a Lei Estadual 17190/12, que regulamenta os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná, e o Decreto Estadual 4211/2020 que regulamenta a Lei Estadual nº 16.751/2010, que institui a alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino, mas ainda demanda aperfeiçoamentos para garantir maior efetividade e articulação entre as ações previstas.

A sistematização apresentada neste trabalho contribui para o aprofundamento do debate sobre o papel do direito na consolidação da agroecologia e destaca a necessidade de avanços na formulação e integração das normas existentes, a fim de fortalecer políticas públicas coerentes com os princípios agroecológicos.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.
- CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Iraty: IFPR, 2011. *E-book*. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.
- NASCIMENTO, H. M. Percepção Agroambiental dos Agricultores Familiares no Sudoeste do Paraná: o caso de Capanema. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 20–40, 2023.
- PARANÁ. **Lei nº 21.325, de 20 de dezembro de 2023**. [...]. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/leis/leis-estaduais/2023/lei-21.325-2023>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- PARANÁ. **Lei nº 16.751, de 29 de dezembro de 2010**. [...]. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=58781&indice=1&totalRegistros=2&dt=22.5.2025.11.40.59.669>>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- PARANÁ. **Decreto nº 635, de 6 de março de 2015**. [...]. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=136847&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.41.51.132>. Acesso em: 22 jun. 2025.



PARANÁ. Decreto nº 1.347, de 11 de abril de 2023. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=290172&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.42.12.610>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 2.408, de 16 de setembro de 2015. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=146707&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.42.31.897>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 4.211, de 6 de março de 2020. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=232535&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.42.56.955>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 4.598, de 6 de maio de 2020. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=234301&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.43.16.7>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 5.499, de 20 de agosto de 2020. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=238114&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.43.34.427>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 7.306, de 13 de abril de 2021. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=246674&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.43.54.675>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 9.098, de 23 de dezembro de 2010. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=58332&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.44.12.313>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 9.117, de 26 de março de 2018. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=195043&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.44.27.227>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 11.300, de 3 de junho de 2022. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=265986&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.44.44.541>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Lei nº 16.483, de 12 de maio de 2010. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=iniciarProcesso&retiraLista=true&site=1>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Lei nº 16.700, de 20 de dezembro de 2010. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=57834&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.45.5.340>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Lei nº 17.190, de 21 de junho de 2012. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=72800&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.45.21.491>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Lei nº 17.796, de 6 de dezembro de 2013[...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=iniciarProcesso&retiraLista=true&site=1>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Lei nº 18.710, de 4 de março de 2016. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=153390&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.45.44.307>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Lei nº 18.944, de 22 de dezembro de 2016. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=166833&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.46.2.461>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Lei nº 19.834, de 1º de abril de 2019. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=218594&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.46.20.21>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PARANÁ. Lei nº 20.121, de 31 de dezembro de 2019. [...]. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=230514&indice=1&totalRegistros=59&dt=22.5.2025.11.46.47.429>. Acesso em: 22 jun. 2025.